

“EM TERRA ALHEIA, PISA NO CHÃO DEVAGAR”¹: EXPERIÊNCIAS COM METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMUNITÁRIAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DA BAHIA

Andrea Lima Duarte Coutinho ²

RESUMO:

O artigo apresenta o relato de experiências e reflexões metodológicas de uma profissional das ciências sociais, a partir de seu engajamento enquanto membro da equipe técnica de um projeto criado para o cumprimento da regularização fundiária no Estado da Bahia. O objetivo principal é trazer a público as metodologias participativas comunitárias construídas-remodeladas por cientistas sociais e apuradas por lideranças, anciãs-anciãos, crianças, jovens e mulheres das comunidades quilombolas envolvidas no processo de regularização fundiária de seus territórios negros ancestrais. Os contornos conceituais dessas metodologias redimensionadas, bem como os procedimentos metodológicos para a produção dos documentos e dados obrigatórios ao cumprimento dos processos, são também o mote desse artigo. A discussão teórica referente ao método é inspirada em metodologias contra coloniais de pes pesquisadores como Alfredo Wagner de Almeida, Selma Dealdina, Orlando Fals Borda, Leda Martins, Flávio dos Santos Gomes, Linda Tuhiwai, Paulo Freire, Givânia Maria da Silva, Carlos Rodrigues Brandão, Marisa Peirano, Jan Vansina, Beatriz Nascimento, Luiz Rufino, Anibal Quijano numa perspectiva ontológica de produção do conhecimento pluriversal. As Cartografias Sociais e o Etnozoneamento, aqui apresentadas foram construídas pela memória e identidades territoriais de membros das comunidades quilombolas envolvidas. As Oficinas de Saber/Memória foram encontros entre quilombolas e equipe técnica, que possuíram o intuito de registrar as memórias produzidas a partir das suas experiências em comunidades quilombolas de territórios coletivos específicos. Durante estas oficinas, encontros e atividades as narrativas biográficas e do território se entrelaçaram e se transformaram em narrativas escritas utilizando as metodologias aqui apresentadas.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; Ciências Sociais; Relato de Experiências.

ABSTRACT:

El artículo presenta el relato de experiencias y reflexiones metodológicas de una profesional de las ciencias sociales, a partir de su participación como miembro del equipo técnico de un proyecto creado para cumplir con la regularización de tierras en el Estado de Bahía. El objetivo principal es acercar al público las metodologías participativas comunitarias construidas, remodeladas por científicos sociales y verificadas por líderes, ancianos, niños, jóvenes y mujeres de comunidades quilombolas involucradas en el proceso de regularización de tierras de sus territorios ancestrales negros. Los contornos conceptuales de estas metodologías redefinidas, así como los procedimientos metodológicos para producir los documentos y datos necesarios para cumplir con los procesos, son también el lema de este artículo. La discusión teórica sobre el método se inspira en metodologías contracoloniales de investigadores como Alfredo Wagner de Almeida, Selma Dealdina, Orlando Fals Borda, Leda Martins, Flávio dos Santos Gomes, Linda Tuhiwai, Paulo Freire, Givânia Maria da Silva, Carlos Rodrigues Brandão, Marisa Peirano, Jan Vansina, Beatriz Nascimento, Luiz Rufino, Anibal Quijano desde una perspectiva ontológica de la producción de conocimiento pluriversal. Las Cartografías Sociales y Etnozonificación presentadas aquí fueron construidas a partir de la memoria y las identidades territoriales de los miembros de las comunidades quilombolas involucradas. Los Talleres

¹ Verso de cantiga entoada em candomblés de caboclo, na jurema sagrada, como também na capoeira angola.

² Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação/OPARA/UNEB. Doutoranda-Instituto de Saúde Coletiva-ISC/UFBA. Membro da Diretoria Colegiada do GT de Ancestralidades, Comunidades Tradicionais e Etnicidades-Associação Brasileira de Agroecologia. Coordenadora geral da Rede Makaia: Conexões de Etnosaberes Afro indígenas da Bahia. Cientista Social/Antropóloga. E-mail aldcoutinho@gmail.com

Conocimiento/Memoria fueron encuentros entre quilombolas y personal técnico, que tuvieron como objetivo registrar las memorias producidas a partir de sus experiencias en comunidades quilombolas en territorios colectivos específicos. Durante estos talleres, encuentros y actividades, las narrativas biográficas y territoriales se entrelazaron y transformaron en narrativas escritas utilizando las metodologías aquí presentadas.

Keywords: Regularización de tierras; Ciencias Sociales; Informe de experiencia.

“Antes tudo acontecesse como se fosse o previsto
Visto de trás ou de longe
Antes que te atingisses de frente
Antes tudo acontecesse como acontecem as histórias
De encontros e rompimentos, num mergulho sem demora
Antes tudo se passasse como passa o Arco-íris
Num momento luz, noutra bruma e crepúsculo
(Maria Beatriz Nascimento. **Inusitado**[A Oxumaré], 01.09.1987)

1. INTRODUÇÃO

O Censo Demográfico 2022, considerado o mais abrangente levantamento estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trouxe a inovação de investigar o pertencimento étnico de pessoas residentes em territórios quilombolas. O “Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo” do IBGE (BRASIL, 2023), publicado em 2023, mostrou que existem 1.327.802 pessoas quilombolas residentes em 24 estados brasileiros e no Distrito Federal, correspondendo a 0,65% da população do país. Destaca-se que a região Nordeste (NE) concentra o maior número de autodeclaradas quilombolas do país, são 68,19% (ou 905.415 pessoas) do total de

quilombolas recenseados. Dentre as unidades da federação, a Bahia possui a maior população quilombola do país, são 397.059 pessoas autodeclaradas, representando 29,90% do total de pessoas abrangidas nas incursões do IBGE. Tratando-se da população municipal, lideram o ranking nacional as cidades baianas de Senhor do Bonfim com 15.999 de pessoas quilombolas e Salvador com 15.897 (BRASIL, 2023).

O presente artigo trata-se de um relato de experiências metodológicas, a partir do empenho criativo de um corpo de profissionais das ciências sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) que configuraram, a partir de um modelo adaptado de Cartografia Social, a base para um agrupamento das metodologias participativas abordadas e

construídas no contexto do Projeto Quilombo Legal (PQL), uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, fruto da parceria entre a Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR), Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), órgãos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), com o objetivo de realizar a titulação coletiva de 170 Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) do estado da Bahia, através de processos de Regularização Fundiária e Ambiental, previstos nas instruções normativas que regem a política pertinente na estância estadual, assim como as normativas federais e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Aqui deve ser ressaltado que este artigo se configura como um relato de experiências de uma profissional do campo das ciências sociais/antropologia, que ao longo dos últimos 17 anos tem se dedicado de forma consciente e engajada em processos de luta com os “povos de resistência”, em iniciativas que vão desde salvaguarda do patrimônio cultural até o empenho em regularização fundiária, entre outras ações e políticas públicas.

Vale mencionar, com o intuito de cumprimento de justiça epistêmicas, que todo o corpo de profissionais que compuseram as equipes técnicas multidisciplinares que foram montadas no mencionado projeto foi distribuído em cinco áreas especializadas: fundiária, ambiental, agrária, jurídica, administrativa e social, sendo esta última o ponto de partida e debate deste artigo. As atuações das equipes multidisciplinares se deram de maneira integrada (o que nos trouxe grandes desafios e muitos aprendizados) e foram constituídas a partir de ações-etapas como: 1) a sensibilização e mobilização das comunidades; 2) a organização jurídica das associações; 3) o cadastramento das famílias residentes; 4) a realização de levantamento agrônomo e ambiental; 5) a execução ou atualização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CAR/CEFIR) das comunidades; 6) a medição e o levantamento fundiário da área; 7) o levantamento histórico e socioantropológico de cada território quilombola; 8) a identificação de políticas públicas acessadas pelas comunidades; 9) o levantamento de demandas comunitárias para os órgãos públicos responsáveis; 10) a compreensão das estruturas organizativas das comunidades.

Os Relatórios Circunstanciados (Documentos recomendados e previstos pelas normativas e marcos legais com o objetivo do cumprimento da regularização fundiária no Estado da Bahia), fruto do trabalho das equipes sociais e agrônomicas, descrevem, a partir de imersões em campo, as atividades produtivas, as formas de trabalho, os serviços e equipamentos públicos, o patrimônio imaterial e material, as questões referentes à territorialidade e gestão do território, histórico das comunidades, os princípios de ancestralidade, religiosidade, estratégias de soberania alimentar das CRQs envolvidas nos processos de regularização fundiária no estado da Bahia. Junto à construção dos relatórios circunstanciados, acumularam-se informações para planejamento estratégico de políticas para o mundo rural, considerando os fazeres, saberes e vivências territoriais dos povos tradicionais quilombolas.

2. METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMUNITÁRIAS NO ÂMBITO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS BAIANAS

2.1 A Cartografia Social

É relevante ressaltar que as equipes envolvidas nos processos de regularização

fundiária construíram uma Metodologia Participativa Comunitária apropriada ao contexto do Projeto Quilombo Legal, que possuía como base fundamental o levantamento de dados históricos, socioantropológicos e agroambientais. Na esteira deste processo foi também construída a estrutura textual e teórica dos Relatórios Circunstanciados (RCs), de forma inédita e adequada às demandas e objetivos legais do mesmo. Todas as dinâmicas foram pautadas no constante diálogo com os órgãos responsáveis pelo cumprimento desta política pública que, observando as demandas de um projeto piloto, manteve os níveis de confiabilidade com as profissionais do campo das ciências sociais, principalmente no que se refere às vivências relacionadas a ativismos, pesquisas, formações e atuações, anteriormente comprovadas pelas mesmas (uma delas sendo a autora deste artigo).

As ações realizadas nas oficinas da Cartografia Social (Metodologia Participativa Comunitária) tiveram como base as recomendações emitidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) por meio das indicações para realização de ações voltadas a Regularização Fundiária, assim como a Instrução Normativa SDR/SEPROMI Nº 01/2018. Buscou-se, ao

longo das oficinas, assegurar que, no desenrolar das atividades para a construção do Relatório Circunstanciado, fossem articuladas um conjunto de medidas, tais como:

- Medidas de caráter coletivo que promovam a integração das CRQs, a valorização dos aspectos associativos e a organização social por meio das associações quilombolas;

- Medidas que valorizem o conhecimento tradicional, incluindo os saberes e fazeres que refiram as formas de uso dos recursos naturais e da sociobiodiversidade;

- Medidas que promovam a participação plena de membros da comunidade na articulação, planejamento e realização de ações propostas;

- Medidas que apresentem maior sustentabilidade do ponto de vista econômico e social, bem como estejam adequadas ao conhecimento e linguagens dos sujeitos de direito presentes no território;

- Atividades formativas que promovam a coparticipação entre gerações e gênero, o aprendizado e a valorização do histórico do movimento social e da identidade quilombola.

Ao mesmo tempo, a Instrução Normativa SDR/SEPROMI Nº 01/2018, além de estabelecer as bases técnicas para a regularização fundiária de comunidades rurais quilombolas no Estado da Bahia, prevê a execução de medidas a serem cumpridas no âmbito das condicionantes indicadas emitidas pelo órgão responsável, determinando em seu Art. 4º, o que deve constar no Relatório Circunstanciado, a exemplo de:

I - Histórico: descrição do histórico da ocupação da área com base na memória do grupo envolvido e depoimentos de eventuais atores externos identificados, bem como contextualização do histórico regional e sua relação com a história da Comunidade e os impactos sofridos pela Comunidade e as transformações ocorridas ao longo de sua história.

II - Social: levantamento das práticas tradicionais de caráter coletivo e sua relação com a ocupação atual da área, identificando terras destinadas à moradia, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico, demonstrando as razões pelas quais são importantes para a manutenção da memória e identidade do grupo e de outros aspectos coletivos próprios da Comunidade;

III - Cultural: abordagem, a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, das manifestações de caráter religioso e festivo, atividades lúdico-recreativas em sua relação com a terra utilizada, os recursos naturais, as atividades produtivas e o seu calendário;

IV- Agrônomo e ambiental: evidenciando as unidades de paisagem disponíveis no presente e no plano da memória do grupo, atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar da comunidade,

bem como identificação das áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais tais como áreas de preservação permanente, reserva legal e zonas de amortecimento das unidades de conservação. (BAHIA, 2018).

Além da Cartografia Social e da pesquisa de campo *in loco* realizadas a partir de imersões etnográficas, foi realizada atualização e revisão das bases teórico-metodológicas para a construção do Relatório Circunstanciado. Estas etapas da metodologia podem ser consideradas como partes integrantes do processo formativo e devem ser pensadas como estruturas básicas de metodologias comunitárias participativas. Vale ressaltar que o principal objetivo é considerar sobretudo as especificidades do contexto local, os impactos gerados sobre os diferentes grupos sociais que, no presente documento, refere-se aos “territórios negros” quilombolas do Estado da Bahia.

A Cartografia Social é uma opção teórica e metodológica que possui como principal pressuposto a emancipação e transformação social através de produções comunitárias, em que os sujeitos/objetos de pesquisa, se tornam agentes de sua própria investigação (ALMEIDA, 2010). Trata-se de uma tecnologia social de pesquisa participativa, que admite e necessariamente recorre à “construção

coletiva do conhecimento”. Configura-se enquanto um contraponto à cartografia convencional e à concepção de mapas, elaborados geralmente sem consulta às comunidades, por instituições estatais. A cartografia social almeja a participação e o automapeamento comunitário, a partir das próprias vivências e percepções destes espaços historicamente produzidos (ACSELRAD 2013; ALMEIDA 2010).

O campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política. Este é um processo fundamental para a constituição desses grupos não só como sujeitos ‘cartografantes’, mas também como sujeitos políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia da produção da informação espacial e da decisão sobre seus mundos (ACSELRAD, 2013, p. 17).

Nesse sentido, “os agentes do coletivo” / sujeitos de direito, prioritários das oficinas foram os/as quilombolas residentes na mencionada CRQ, certificadas pela Fundação Cultural Palmares e que se encontram em processo de regularização/titulação de seus territórios tradicionais, junto aos órgãos responsáveis pela regularização fundiária. A sinergia com políticas públicas e com instrumentos de gestão territorial foram articuladas ao longo das atividades com o

intuito de promover o protagonismo dos comunitários em relação a regularização fundiária e de compreender as relações comunitárias com demais atores sociais locais e/ou do entorno da CRQ, em questão.

Com o objetivo de identificar aspectos do contexto social, geográfico, econômico e cultural da comunidade, de forma participativa e emancipatória, foram aplicados métodos da Cartografia Social. A Cartografia integra a constituição de processos educativos que contemplaram a inicial compreensão cognitiva e afetiva da complexidade socioambiental desta comunidade tradicional, contextualizada na dinâmica socioeconômica, cultural e territorial, da política local e regional, possibilitando à equipe técnica e aos comunitários o entendimento da governança do território e/ou da territorialidade enquanto um conjunto histórico de compreensões e ações individuais e coletivas. Ressalta-se que todas as etapas realizadas, apresentadas na sequência, foram devidamente registradas fotograficamente.

2.2 Roda de Prosa: apresentação

A roda tinha por objetivo abordar o motivo da realização das atividades pela equipe social e apresentar as etapas das

metodologias participativas comunitárias a serem conduzidas com a comunidade: etnozoneamento, entrevistas e oficinas. A Roda de Prosa ressalta a importância do trabalho e do processo de cartografia social para as comunidades quilombolas, inclusive no que se refere à autonomia da comunidade e à necessidade de tornarem o “território visível”, por suas próprias perspectivas. Vale lembrar a diferença existente entre os mapeamentos realizados ao longo da história e este novo mapa elaborado pelo grupo/comunidade: trata-se enfaticamente da relevância do protagonismo da comunidade na construção do mapa, haja vista que são as pessoas que estão participando que definem o que aparece no mapa e como seu território tradicional deve ser representado, sendo o papel da cientista social/antropóloga, o de acompanhar o processo e auxiliar na construção, oferecendo as condições necessárias para a construção do mapa e material que irá compor o Relatório Circunstanciado.

2.3 Oficina de Saberes e História

Objetivou refletir com a comunidade a respeito da questão quilombola, a partir das perguntas: O que representa “a cara” da comunidade? O que é ser quilombola? O que une a questão do ser e do se sentir

quilombola na CRQ em que estamos? E o que é ser quilombola na Bahia e no Brasil?

A atividade foi desenvolvida com base nas metodologias participativas intituladas “Tempestade de ideias” (*brainstorming*), colhendo os principais elementos e representações das comunidades sobre si mesmas e a “Linha do Tempo”, traçando um comparativo entre aspectos do passado e do presente de cada temática abordada. As falas das moradoras/es quilombolas, são registradas e as ideias principais são anotadas no momento da efervescência da memória em folha de papel metro ou cartolina, fixada na parede.

Estas metodologias tem por principais objetivos *conhecer e atuar*, segundo a metodologia denominada *Investigación-Acción-Participativa* (IAP), desenvolvida pelo sociólogo pesquisador colombiano Orlando Fals Borda (2008) e quando aplicadas pode ter resultados múltiplos, tais como:

- Gera conhecimentos que correspondem aos interesses de transformação dos membros da comunidade;
- Cria demandas comunitárias contextualizadas e que fortalecem a agência dos participantes;

- Conduz a compreensão e transformação socioambiental real.
- É um instrumento de educação ambiental que pressupõe a relação e negociação do empreendimento com a comunidade.

A partir das Oficinas tornou-se possível identificar, junto às comunidades envolvidas, elementos que constituem a identidade quilombola da CRQ em questão, principalmente no que tange às questões relacionadas à Ancestralidade, Memória e Patrimônio. Devem ser provocadas lembranças que tratem do conjunto de aspectos que entre si compõem o complexo cultural desta comunidade tradicional. Os principais aspectos identitários que compõe o documento (RC), encontrados nas falas das/dos comunitários, que contemplam e demarcam os elementos, estão abaixo relacionados:

- Histórico da comunidade;
- Histórico da associação;
- Religiosidade, festas tradicionais e manifestações culturais;
- Hábitos alimentares e pratos tradicionais;
- Saberes e práticas sobre agrobiodiversidade;

- Sistema de cura e medicina tradicional;
- Atividades lúdicas/brincadeiras;
- Dinâmica social atual, especificidades e demandas comunitárias.

2.4 Oficina de Confecção do Mapa Comunitário

Subdivide-se em alguns momentos, descritos a seguir:

a. Delimitar com a comunidade o território a ser mapeado: a comunidade deve definir o espaço e o tempo de estudo. Ambos os critérios podem ser móveis. Em outras palavras, podem ser construídos mapas que reflitam como o território mudou em um determinado tempo e espaço.

b. Definir os elementos de interesse: Informe-se sobre os principais problemas que preocupam as comunidades, dar visibilidade problemas naturalizados (isto é, que foram considerados normais porque são comuns, ou frequentes).

c. Definir símbolos: como a comunidade deseja representar cada processo ou situação. Por exemplo: os poços de petróleo, escolas, lojas, centros de saúde etc. É muito interessante que cada comunidade proponha símbolos

específicos de acordo com o problema que está enfrentando.

d. A partir dos mapas desenhados com crianças e adolescentes, (especialmente, são eles que melhor conhecem cada detalhe do território em que vivem, sabem as histórias, complexidades e perigos) observar também suas representações do território;

e. Construir um primeiro exercício de representação gráfica. Construção (à mão) de mapas de forma participativa e que, mais do que reivindicar esclarecimentos técnicos, permitirão às comunidades refletirem sua percepção do território e das suas concepções de territorialidade.

f. Construções comunitárias em oficinas de montagem do mapa.

g. Inclusão de dados e símbolos no mapa.

h. Socialização do mapa.

i. Validação.

2.5 Etnozoneamento

Trata-se da categorização de áreas segundo sua importância ambiental e étnica, realizada com base no

Etnomapeamento³ e discussões internas das comunidades. Com o Etnozoneamento é possível identificar áreas com maior ou menor presença de determinado recurso natural, áreas de uso tradicional, áreas de uso potencial, fragilidades ambientais, sítios sagrados, tudo segundo as necessidades prioritárias de registro da memória/patrimônio, conservação ou preservação, fruto do debate e do consenso comunitário. Essa ação é realizada a partir de passeios em grupo pela CRQ em questão, onde as pessoas indicam as áreas citadas acima, e tudo é fotografado e georreferenciado.

2.6 Entrevistas Semiestruturadas

São realizadas individualmente com lideranças, anciãs e anciões indicados pelas comunidades, geralmente em visitas às suas residências, devidamente gravadas em arquivos de áudio, posteriormente transcritos e analisados. Todas as entrevistas foram autorizadas e registradas, permitindo assim o fortalecimento da história oral desta comunidade; a narrativa através das

memórias individuais e coletivas foram consideradas como fonte legítima para a reconstituição da verdade histórica.

Pensando a entrevista em seu formato dialógico, com um perfil interacional e de “percepção de mão-dupla”, em que a cientista social e a pessoa da comunidade, incorrem em questões que muito mais que questionários são guias abertos que podem ou não abrir caminhos pela estrada a fora da memória. Levou-se em conta a técnica da entrevista como um procedimento de alto valor para a pesquisa etnográfica (principalmente pela ausência de uma etnografia realizada em seu sentido pleno); a entrevista torna-se uma metodologia de relevância, muito no que diz respeito ao reconhecimento de trajetórias e de concepções das territorialidades das pessoas envolvidas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998).

O roteiro para elaboração das entrevistas, foram aplicados de forma geral, realizados individualmente, priorizando anciãos, líderes políticos, religiosos e de grupos culturais, moradores

³ “Trata-se da categorização de áreas segundo sua importância ambiental e étnica, realizada com base no Etnomapeamento e discussões internas das comunidades. Com o Etnozoneamento, é possível identificar áreas com maior ou menor presença de determinado recurso natural, áreas de uso tradicional, áreas de uso potencial, fragilidades ambientais, sítios sagrados, tudo

segundo as necessidades prioritárias de conservação ou preservação”.

Fonte: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/>.

mais antigos, jovens, educadores, agentes de saúde etc. ou em rodas de conversas. Muitas vezes esses momentos aconteceram com grupos, o que de formas diversas trouxeram plasticidade e dinâmica contextualizada à técnica metodológica e por consequência ao próprio texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem de temas como o histórico de ocupação e aquilombamento das comunidades, organizações atuantes e acesso a direitos básicos, uma série de resultados relevantes foi concebida, dentre os quais podemos destacar:

- Registro do histórico e de outros aspectos culturais das comunidades através da memória e da oralidade, proporcionados ao longo da Cartografia Social, em momentos de troca e interação entre as diversas gerações locais, com ênfase nos anciões;
- Mapeamento de patrimônios ambientais (bens naturais) materiais (concretos) e imateriais (abstratos) das comunidades, tal como patrimônios bioculturais, marcadores das heranças territoriais e culturais de um povo e, simultaneamente, promotores de sua identidade;

- Levantamento do acesso às políticas públicas em cada comunidade, apontando quais delas fazem parte de sua dinâmica cotidiana e quais são as suas especificidades e demandas;
- Fortalecimento identitário das populações e fortalecimento político das organizações sociais locais (como as associações, grupos de produção e cooperativas), evidenciando o caráter político e organizativo que a identidade étnica assume contemporaneamente.

O olhar às CRQs da Bahia demanda atenção à diversidade, assim como a defesa de uma perspectiva de valorização dos diferentes grupos sociais, com intuito de atrelar as questões de classe e desigualdades com as relações sociais discriminatórias e excludentes, abarcando aspectos como território, formas de sociabilidade, estilos de vida, religiosidade, manifestações culturais, entre outros. Aspectos estes que permeiam a vida cotidiana dos sujeitos sociais, em dinâmicas que ressaltam o caráter político – e organizativo – que a identidade étnica assume hoje (MESSEDER; COSTA, 2017; LUVIZOTTO, 2009).

O contexto assimétrico das relações raciais no país aprofunda-se nas CRQs que

vivem no mundo rural, porque as dimensões do racismo cruzam com as desigualdades territoriais. Dessa forma, existem diversos problemas nas comunidades, tais como: escassez e falta de água potável; demanda de ocupação e renda, com trabalhadores precarizados que recebem baixos rendimentos; insuficiência de capacitação técnica; habitações inapropriadas ou em risco eminente; habitações sem banheiros e/ou sistema adequado de esgoto; ausência de coleta de lixo doméstico; difícil acesso à saúde, sendo comum necessitar percorrer muitos quilômetros até a unidade de atendimento mais próxima; dificuldades com transporte rural, haja vista que aos moradores que não dispõem de um automóvel são restritas as opções para deslocamento para outras comunidades e municípios e, quando há, de forma particular, o preço cobrado é alto, contexto marcado ainda por estradas em situação precária que não suportam dias chuvosos, demandando pavimentação e manutenção de ruas e estradas de acesso; indicativos de insegurança alimentar e, por fim, ausência da efetivação das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução n. 08, de 20 de novembro de 2012).

Considerando o número significativo de mulheres e meninas residentes nas CRQs, os órgãos públicos competentes poderão planejar ações de enfrentamento à violência contra mulher como também elaborar projetos que, em perspectiva interseccional, favoreçam a desconstrução do racismo e a realização da autonomia feminina. Sobretudo porque, historicamente, as mulheres, negras e pobres estão concentradas em trabalhos informais e sem proteção social, sendo as chefas de suas famílias. O número de crianças sugere a importância de construção de creches, escolas e espaços recreativos, além de implementação de Educação Escolar Quilombola

Os registros obtidos por meio do trabalho desenvolvido no PQL são fundamentais para impulsionar a construção de políticas públicas e ações e iniciativas de preservação do patrimônio ambiental e cultural das CRQs da Bahia, como futuros tombamentos e salvaguardas. Sendo assim, o modelo metodológico a estrutura de RC elaborados no e para na referida iniciativa de política pública, estão aptos a se tornarem referências para ações similares em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e territórios: um diálogo latinoamericano. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografia social, terra e território**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. cap. 1, p. 15-41. ISBN 978-85-86136-09-2.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Alfredo Wagner Berno de Almeida [et al]. (Orgs). – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

BRASIL. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Quilombola 2022: primeiros resultados. BRASIL, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-Noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em: 29/07/2023.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012** - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

DEALDINA, Selma dos Santos (Org) **Mulheres Quilombolas** - Territórios de existências negras femininas. Editora: Jandaíra. Páginas:168. Ano:2020.

FALS BORDA, Orlando. **Orígenes universales y retos actuales de la IAP** (Investigación Acción Participativa), Peripecias, n. 110, 2008 [1999], p. 1-14.

_____. Situación contemporánea de la IAP y vertientes afines. In: Orlando Fals Borda – **Socialismo raizal y el ordenamiento territorial**. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2006]. p. 108-114

FUNAI - **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**. Instrumentos: Conhecendo os instrumentos para a gestão ambiental e territorial de terras indígenas: Etnomapeamento e Diagnostico Participativo. Disponível em: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Etnicidade e identidade étnica. In: **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

MARTINS, Leda. **Afrografias da memória: o reinado do Rosário do Jatobá**. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições; São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

MARTINS, Tamires Fraga; CARVALHAL, Tito Loiola. O Matriarcado e a Resistência das mulheres negras em (com)unidades baianas: dos quilombos à periferia. **Rev. Três Pontos**. v 13.1. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/view/141>. Acesso em: 26/03/2023.

MESSEDER, Marcos Luciano Lopes; COSTA, Lívia Alessandra Fialho da. (Org.) **Educação, memória e pluralidade cultural**. Salvador: EDUNEB, 2017. 310 p.: il.

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Organização de RATTIS, Alex Ratts e Bethânia Gomes. Salvador: Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

RAMOS, Alcida Rita. Metodologias. Nem contra, nem a favor, muito pelo contrario. **Cuadernos de antropología social**, núm. 50, 2019.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação e Luta Política no Quilombo de Conceição das Crioulas**. Appris Editora; 1ª edição, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. -4. ed. 2. reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**. A ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SOLIS, F. y MALDONADO, A. **Guía de metodologías comunitarias participativas**. Guía N°5. Save the Children y Agencia Española de Cooperación Internacional AICID. Equador, 2012.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 239 pp, 2018.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: **História geral da África, Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 7, p. 139/166.